

## **Métodos de ensino e sua aplicabilidade nas turmas de 1º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Gov. Amazonino Mendes**

## **Teaching methods and their applicability in 1st grade classes At Gov. Amazonino Mendes State School**

---

**Marisa Sarraff Simas**

*Professora Graduada em Normal Superior – Universidade-UEA Mestre em Ciências da Educação –  
Universidade Privada del Este -UPE <https://orcid.org/ID:0000-0002-9927-4903>*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.89.9

## RESUMO

O trabalho apresentado tem como observância os métodos de ensino, as estratégias utilizadas em sala de aula, o comportamento, a vivência no dia-a-dia das turmas de 1º ano do ensino fundamental de uma escola pública situada no município de Nhamundá e para isso busca compreender os caminhos da educação brasileira engendrando pelos conceitos, metas, teorias pedagógicas, bem como os aspectos sociais nas suas mais variadas instâncias que de certa forma precoce para a melhoria (ou não) do processo educacional, mas se precisa fazer uma análise dentro de um contexto micro desse tão vasto território, como a aplicabilidade desses métodos de ensinar podem ou não surtir efeito perante a uma nova concepção de ensino que busca se desvincular dos modelos de que ora os alunos não mais os compreendem e sim de alcançar os anseios de uma educação significativa para todos mediante a constante inquietação dos alunos durante as atividades de sala de aula. Dessa forma, se baseou além da observação, no resultado de questionários e entrevistas para que fosse possível elencar sugestões de melhorias para a elevação do conhecimento dessas turmas e melhorar o trabalho docente diante das constantes mudanças de temperamento do comportamento dos alunos.

**Palavras-chave:** métodos de ensino – aplicabilidade – fatores internos e externos – tecnologia.

## ABSTRACT

The presented work has as observation the teaching methods, the strategies used in the classroom, the behavior, the day-to-day experience of the first year classes of elementary school in a public school located in the municipality of Nhamundá and for this seeks to understand the paths of Brazilian education engendered by concepts, goals, pedagogical theories, as well as the social aspects in its various instances that somehow prececeeece for the improvement (or not) of the educational process, But it is necessary to analyze within a micro context of such a vast territory, how the applicability of these teaching methods may or may not have an effect on a new conception of teaching that seeks to get rid of the models that students no longer understand and to achieve the desires of a meaningful education for all through the constant restlessness of students during classroom activities. Thus, in addition to observation, it was based on the results of questionnaires and interviews so that it was possible to list suggestions for improvements to raise the knowledge of these classes and improve the teaching work in face of the constant changes in the temperament of the students' behavior.

**Keywords:** teaching methods. applicability. internal and external factors. technology.

## INTRODUÇÃO

Ao se pensar no contexto de uma sala de aula de turma dos anos iniciais, principalmente nas turmas de primeiro ano do I Ciclo do ensino fundamental onde o processo de alfabetização escolar começa a ter o formato mais consistente mediante ao ingresso de alunos oriundos de fases de pré-escolarização podem-se imaginar cenas de diversas situações, pois se sabe que fazem parte dessa realidade crianças que estão na faixa etária entre cinco anos e meio a seis anos.

Crianças essas que vivenciam uma explosão de novas experiências em busca de ir construindo seu conhecimento, mesmo que não tenham consciência disso e do que estão fazendo para obter esse conhecimento. Para isso demonstram em seu comportamento atitudes de inquietação, agitação, brincadeiras ou desinteresse pelas atividades que estão sendo desenvolvidas em determinado momento das atribuições escolares.

Sabe-se que a curiosidade é um dos principais aliados para que os mesmos possam sanar suas possíveis inquietações, mesmo buscando usar essa aliada como ferramenta metodológica nem sempre se consegue obter um resultado que possa ajudar no efetivo aprendizado dessas crianças. E conseqüentemente não só a criança enfrentará problemas no seu desenvolvimento intelectual como a escola, o professor carregarão consigo a deficiência de não terem conseguido alcançar seus objetivos como instituição formadora do saber. O que fazer? Evidentemente que muitas respostas seriam dadas para as inquietações que fomentam o sucesso ou o fracasso no decorrer do processo de alfabetização. Com isso se abriria um leque de possibilidades que tentam justificar ou não como proceder mediante as mais diversas dúvidas que permeiam o assunto da escolarização nos primeiros anos do ensino fundamental.

## **PRESSUPOSTOS DAS METODOLOGIAS DE ENSINO**

Sabe-se que as práticas pedagógicas desempenham papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem, não somente na fase inicial da escolarização, mas em todas as etapas da educação formal. Por isso desenvolver técnicas ou métodos que explorem o como ensinar torna-se um aliado no percurso de qualquer profissional que exerce a docência de uma sala de aula.

Seguir caminhos que possam auxiliar no desenvolvimento de toda e qualquer prática requer que sejam analisados criteriosamente cada etapa do processo educacional. Com base nos relatos de René Descartes, no livro *O discurso do Método* (2001), em uma das mais recentes edições, o mesmo descreve que para se obter a essência das coisas é importe se conhecer de fato o que ela quer repassar.

Assim, preconiza que existem quatro segmentos que ao serem observados podem ajudar na dedução de como acontecem e de como são os fatos. Segundo Descartes (2001, p.23) estes segmentos servem de base para conclusões daquilo que se quer descobrir:

O primeiro era nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

No ambiente escolar, bem como em qualquer espaço de convivência social e que existam situações em que o pré-julgamento antecede a verificação dos fatos é de suma importância que se perceba que de nada adianta agir sem saber o que e como proceder.

Continuando seu pensamento Descartes (2001) afirma que “O segundo fator é decidir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível para melhor resolvê-las.” Ou seja, é imprescindível que se possa rever quantas vezes sejam necessários o que afeta ou como acontecem determinadas situações e de que forma as mesmas estão afetando os investigados.

Ainda de acordo com o referido filósofo “O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer. [...] E, o último, fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir. (Descartes, 2001, p. 23)

A partir desses pressupostos percebe-se a grande necessidade de se conhecer o que de fato acontece antes, durante e após a rotina escolar de uma turma de alunos. Tais observações são de cunho necessário para que se encontre o caminho adequado para o desenvolvimento das atividades escolares. Os passos enfatizados no pensamento deste investigador servirão para que este trabalho também tenha um cunho científico empírico.

Pois, em torno de determinados questionamentos e observações que se pode descobrir o que de fato está além de meras conjecturas que muitas vezes só se vê a olhos nus. Por isso a pesquisa minuciosa pode trazer a tona o que muitas vezes se pensa, mas de fato não foi comprovado.

E como toda investigação não deve ficar meramente em seus objetos de investigação e sim conciliar tudo o que possa estar atrelado ao contexto do que se investiga. Percorrendo assim uma cronologia de tempo, espaço e modo pelo qual as mudanças tramitam no ambiente dos envolvidos neste trabalho. Ora com o foco no trabalho docente em seus meios de conduzir, ora na ênfase dos alunos no como captam o trabalho docente em suas percepções e de como os fatores externos também influenciam nos resultados qualitativos e quantitativos dos alunos.

Portanto, a ideia desse deve perpassar pelas teorias, leis e metodologias que embasam a prática docente, bem como por todo um conjunto de fatores histórico, social, cultural, econômico e políticos que rondam o espaço daqueles que estão inseridos no contexto do educandário Amazonino Mendes, na cidade de Nhamundá, estado do Amazonas, Brasil.

Com o passar dos tempos percebe-se que as transformações ocorridas nas sociedades norteiam o modo de ser e de agir dos seres humanos. A escola não está isenta do compromisso de preparar os seus alunos e tampouco deixar de perceber que as mudanças da sociedade moldam sua clientela.

De acordo com os professores Martins e Duarte (2010, p. 21) essas mudanças querem que a escola perceba que:

Em nome dessas transformações, caberá à educação escolar preparar os indivíduos para o seu enfrentamento! Diante de um mundo em “constantes transformações”, mais importante que adquirir conhecimentos, posto sua “transitoriedade”, será o desenvolvimento de competências para o enfrentamento dessas. Apela-se, pois, à formação de personalidades flexíveis, criativas, autônomas, que saibam trabalhar em grupos e comunicar-se habilmente e, sobretudo, estejam aptas para os domínios da “complexidade do mundo real”.

Com isso, mostram-se necessário conhecer como os fatores internos e externos podem influenciar no aprendizado de qualquer criança, em especial os que fazem parte do bloco de observação deste trabalho.

É de suma importância que o profissional da educação também tenha compreendido que as mudanças ocorrem constantemente e que o mesmo não deve estar alheio aos fatores que fazem parte da sua própria formação, bem como dos outros indivíduos. Para Martins e Duarte (2010, p.14) dentro das habilidades de docente está inserido o fato de que:

Assim sendo, nenhuma formação pode ser analisada senão na complexa trama social da qual faz parte. Ao assumirmos a referida prática como objeto de análise, observando que não estamos nos referindo à “prática” de sujeitos isolados, mas à prática do conjunto dos homens num dado momento histórico, deparamos com uma tensão crucial: a contradição entre o dever ser da referida formação e as possibilidades concretas para sua efetivação. Portanto, a materialização do referido dever ser não pode prescindir da luta pela superação das condições que lhe impõem obstáculos.

Desenvolver práticas de ensino que possam ser trabalhadas na rotina das salas de aula requer que o docente perpassa por todo um conhecimento prévio acerca não só dos conteúdos a serem ministrados, mas também de como deverá proceder mediante as múltiplas diversidades de sua clientela. Pois, os requisitos profissionais constituem que o ser professor hoje deve ser buscado na prática profissional que é desenvolvida nas escolas, estabelecendo-se relações entre os conhecimentos e desafios aí surgidos e a formação.

Com isso se faz necessário compreender como acontecem esses métodos de ensino no contexto das salas de aula. É de suma importância ainda, o domínio do conteúdo, aliado à compreensão das teorias da aprendizagem, pelo professor, pois orienta e intervém nos momentos em que opta por determinada metodologia da qual decorrerá a estratégia de ensino e de aprendizagem das atividades propostas para seu trabalho.

Para isso é importante que o docente tenha além de sua formação inicial a orientação institucional que favoreça melhores possibilidades de compreender sua ação pedagógica, pois

... é essencial assegurar ao professor programas de formação continuada, privilegiando a especificidade do exercício docente em turmas que atendam a crianças de seis anos. A natureza do trabalho docente requer um continuado processo de formação dos sujeitos sociais historicamente envolvidos com a ação pedagógica, sendo indispensável o desenvolvimento de atitudes investigativas, de alternativas pedagógicas e metodológicas na busca de uma qualidade social da educação (MEC, 2004, p. 25).

Ao adentrar no campo das metodologias de ensino é necessário percorrer todo um contexto histórico pelo qual caminhou e caminha tão instigante tema e que amplia e ajuda a compreender como ocorrem as mudanças desse processo no decorrer do tempo. Com isso é importante destacar que a constante busca pelo conhecimento provém das bases teóricas e das ações práticas, mas a princípio poderia aqui destacar que Silva (2013, p. 01)

O conceito de aprendizagem emergiu das investigações empiristas em Psicologia, ou seja, de investigações levadas a termo com base no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Isso significa afirmar o primado absoluto do objeto e considerar o sujeito como uma tabula rasa, uma cera mole, cujas impressões do mundo, fornecidas pelos órgãos dos sentidos, são associadas umas às outras, dando lugar ao conhecimento. O conhecimento é, portanto, uma cadeia de ideias atomisticamente formada a partir do registro dos fatos e se reduz a uma simples cópia do real.

Então se percebe que o conhecimento provém das experiências pelas quais o indivíduo passa no decorrer de sua vivência. Tais experiências devem ser vistas como um meio de ampliar o saber teórico, que muitas vezes não é de fato assimilado pelo ser humano.

Para isso é importante perceber e entender como as teorias da aprendizagem ou os métodos de ensino estão sendo postas na prática e como a teoria pode levar ao aperfeiçoamento dessa ação que favorece ao alunado a possibilidade de demonstrar que sua relação com as atividades escolares é um elo que interliga sua capacidade de aprender com aquilo que se deseja ensinar.

Para Marx (*apud* Moacir Gadotti, 1990, p.38) para que aconteça um entrosamento da

teoria e da prática deve ser feita um constante “reexame da teoria e da crítica da prática”. Ou seja, é necessário repensar a teoria pautada em uma visão de questionamento da prática dentro daquilo que se almeja obter. E esse fato deve ser um exercício constante no ambiente educacional, haja vista que não deve ser priorizado somente o saber teórico, mas refletir como esse saber teórico influencia na prática e como a prática possibilita a compreensão da teoria.

Com intuito de elucidar como de fato acontece o processo do ensino e da aprendizagem nas mais distintas variantes que a educação tramita, bem como os métodos de ensino podem moldar o sujeito que está ligado a elas, é de suma importância que sejam conhecidos todos os meios que viabilizem a aprendizagem efetiva do aluno,

Para isso faz necessário uma busca constante de compreensão e atualização dos preceitos que norteiam os mais diferentes suportes para a prática do ensinar.

## **PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: METAS E OBJETIVOS**

O Brasil é um país de imensas proporções. Proporções essas que permeiam não somente em seu aspecto territorial, mas que enfatizam muitos dos contrastes em sua estrutura física, social, política, econômica e educacional. Mediante a essa grande proporção vem os problemas pelos quais se tem caminhado o contexto histórico do país destacando-se a busca por colocar na base da educação ações que possam minimizar a problemática de uma educação que muitas vezes não obtém resultados que estejam de acordo com as metas e objetivos que o sistema educacional requer.

Para se alcançar essas metas e objetivos é importante conhecer um pouco de como se deu o processo educacional no patamar histórico brasileiro.

A história de nosso país reporta-se a entrada dos colonizadores europeus que introduziram suas presenças a partir da dominação dos que aqui já habitavam. Como ignoravam os nativos, sua cultura e seus costumes lhes impuseram o domínio também em relação a sua língua e sua educação com a introdução dos aldeamentos conduzidos pelos padres jesuítas, pois queriam não só prendê-los, mas também “moldá-los” para serem submissos a nova cultura e novos costumes.

Essa educação não tem objetivos de fazer do indivíduo um ser preparado para refletir sobre si e tampouco para questionar, mas sim para fazer desse indivíduo algo mais apresentável a sociedade e impor a ele também sua religião, haja vista que em sua forma de ser e de viver os indígenas em pouco ou quase nada agradavam aos anseios dos “novos donos” da terra.

Nesse período histórico o que se pode dizer de educação sistematizada é o que segundo Dermeval Saviani (2008) a educação jesuítica segue orientações de Manuel da Nóbrega através do plano de instrução que tem por objetivo trabalhar uma educação voltada para a catequização e aquisição da língua portuguesa. Assim:

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estu-

dos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia (SAVIANI, 2008, p. 43).

Essa educação pauta-se também em elevar o dogma da fé cristã, pois segundo Paulino José Orso; Hélio Clemente Fernandes (2011, p.3) “(...) o trabalho doutrinário dos jesuítas estava dirigido à dissolução da cultura íncola e seu primitivismo, pois, o interesse era acabar com o hábito dos índios por meio da substituição dos seus moldes vivenciais indígenas pelo modo de organização social e cultural da Europa.”

Assim, o período preconiza a sustentação da doutrina e de interesses relacionados aos anseios da igreja e da burguesia que valoriza a educação de formação do ser voltado à pregação da fé, ou seja, os padres são os que podem dar continuidade ao que se objetiva a Santa Igreja. Bem como se destacam o direcionamento voltado para a aquisição de práticas do extrativismo e agropecuárias haja vista que o país tem em sua essência nas características naturais.

Conforme os mesmos autores enfatizam as necessidades de sobrevivência atrelados a pacos recursos tecnológicos e conseqüentemente ao descaso com a educação.

Portanto, numa economia fundada na escravidão e com predomínio de atividades agropecuárias em detrimento da industrialização, em que as inovações tecnológicas eram praticamente inexistentes, onde as pessoas em sua maioria viviam de modo simples espalhados pelo vasto império brasileiro, percebe-se a pouca importância atribuída à educação. (2011, p.8).

Nesse período do Brasil colonial consoante Orso; Fernandes (2011, p. 4) afirmam que a educação está dividida em blocos e não em anos escolares e objetivam formar oradores enquanto que na Europa a educação está pautada no ser científico, e que faz o uso da razão.

Mediante ao conjunto de leis, normas, ou pareceres que norteiam o capítulo educação dentro do território brasileiro encontram-se vários dispositivos que de uma forma ou de outra pontuam objetivos a serem alcançados pelas instituições de ensino.

De acordo com estudos realizados pela Unicamp, no documento A educação nas constituições federais e em suas emendas de 1824 a 2010, publicada na Revista Histedbr On-line, destaca que a primeira Constituição do Brasil Império enfatiza o seguinte teor sobre a educação:

Constituição do Império (de 25/3/1824) Título VIII (Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros) Art. 179. A inviolabilidade dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: (...) 32) - A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. 33) Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-arts e letras. (Nicholas Davies, 2010, p. 266)

Dessa forma percebe-se a “preocupação” do governo em oportunizar educação a todos os cidadãos, porém não cita quais seriam os objetivos dessa educação e tampouco metas de para alcançar e de como alcançá-las. Outro fator proeminente é que nem todos os brasileiros eram de fato considerados cidadãos, principalmente os escravos que na época constituíam uma boa parcela da população. Ou seja, nem todos teriam acesso aos conteúdos das ciências e ou belas artes como preconizava o artigo 33 dessa Carta Magna.

Lu Scuarcialupi (2008) descreve que a educação não tinha um órgão ou setor que trabalhasse diretamente com objetivos e metas educacionais e afirma que:

O Ministério da Educação, MEC, tal como nós o conhecemos hoje só foi criado em 1931. Até então educação era assunto do Ministério da Justiça, no Departamento Nacional do Ensino. Mas isso já foi um grande avanço se pensarmos que na Constituição de 1824, e na de 1891 não aparece nenhuma vez a palavra educação!

E no decorrer do tempo o Brasil passa por outras constituições que em pouco mudam o teor da primeira. Já a Constituição de 1934 (*apud* Nicholas Davies) diz em seu “(...) Art. 5º. Compete privativamente à União: XIV - traçar as diretrizes da educação nacional. Art. 10º. Compete concorrentemente à União e aos Estados: VI - difundir a instrução pública em todos os seus graus.”

Dessa forma, o Estado já modifica seu discurso e se propõe a definir como dever do governo federal a abrangência as diretrizes que nortearam a educação nacional, haja vista, que esse ofício estava diretamente ligado a responsabilidade de cada estado da federação o que não tirava do poder estadual fazer suas próprias concessões de acordo com sua realidade e interesses.

O que se pretendia com essa Carta, no início da década de 1930, era garantir um plano nacional de educação para todas as unidades federativas, os estados, sem com isso tirar-lhes a autonomia na organização e na implantação de seus sistemas de ensino. Mas, garantindo, claro, a obrigatoriedade da escolaridade primária assegurada na Constituição de então. (Scuarcialupi, 2008)

O período histórico do Brasil nos meados dos anos 30 é um tanto que conturbado, pois preconiza a instauração do Estado Novo e no tocante a educação destaca-se que:

Na Constituição de 1937 houve enorme retrocesso na medida em que o texto constitucional vinculou a educação a valores cívicos e econômicos. Não houve preocupação com o ensino público, sendo o primeiro dispositivo no trato da matéria dedicado a estabelecer a livre iniciativa. A centralização é reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos estados, como pela própria rigidez do regime ditatorial. (Souza; Santana, 2010).

Nesse período também se destaca a necessidade de uma orientação voltada à aquisição de conhecimentos destinados para a industrialização. Então esse sistema educacional vai objetivar formar um indivíduo direcionado ao mercado de trabalho, ou seja, a educação como base tecnicista, fase essa que fomentou a segregação da educação em classes e não de acordo com o que deveria priorizar a essência de uma instituição igualitária. De acordo com Ghiraldelli (2001, p.84).

O parque industrial e a crescente urbanização reclamavam por mão-de-obra técnica, o que levou o governo a cumprir o espírito da Constituição de 37, que desejava fornecer ensino profissionalizante às classes menos favorecidas. O caráter do governo – centralizar monopólio – possibilitou a confecção das Leis Orgânicas do Ensino que, em última instância, consagravam o espírito da Carta de 37 ao oficializarem o dualismo educacional. E o que era o dualismo educacional? Era, nas letras da Reforma Capanema, a organização de um sistema de ensino bifurcado, com ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares.

Ainda segundo o referido autor (2001) nesse período “O sistema público de ensino continuou, então, a oferecer determinado percurso para os alunos provenientes das classes mais abastadas e outro percurso diferente para as crianças de classes populares que, por ventura, conseguissem chegar e permanecer na escola.”

Vale ressaltar que apesar do governo não demonstrar um interesse maior pelo fator educacional, nos estados (os que têm maior contato com a esfera central, eixo sul e centro-oes-

te) acontecem há seu tempo e de diferentes maneiras movimentos que procuram demonstrar a importância da educação e de como o fator pedagógico contribui para que através da educação o país possa encontrar um caminho norteador para o desenvolvimento não meramente quantitativo.

Em relação a esses movimentos Dermeval Saviani (2007, p. 13) constata que

O marco inicial desse processo é a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, que passou a organizar anualmente, a partir de 1927, as Conferências Nacionais de Educação. Desde a fundação até a IV Conferência Nacional de Educação realizada no Rio de Janeiro em dezembro de 1931, quando se deu o debate do qual resultou o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, católicos e escolanovistas conviveram no interior da ABE. Lançado o “Manifesto” em março de 1932, no final desse ano, ainda antes da V Conferência Nacional de Educação que se realizou em Niterói entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, os católicos foram se desligando em massa da ABE e acabaram por fundar, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação que organizou, já em 1934, o I Congresso Nacional Católico de Educação. Hegemonizado pelos renovadores, o pensamento pedagógico brasileiro buscará ancorar-se em bases científicas elegendo a ciência como a grande aspiração de uma concepção pedagógica que pudesse orientar a reconstrução social do país pela reconstrução educacional.

Apesar do contexto político ao qual o Brasil tramita, término do Estado Novo e com a imposição do regime militar no ano de 1945, que derruba o governo baseado no fascismo e impetra um sistema que de democrático nada tinha (Ghiraldelli Jr. 2001). Dessa forma, olhar-se-á especificamente para a Constituição de 1946 e percebe-se o reflexo de Cartas anteriores ao proferir diretrizes mais abrangentes em seu conteúdo, mesmo que na prática ainda não seja de fato vivenciado.

A Constituição de 1946 trouxe à tona os princípios presentes nas Constituições de 1891 e 1934. A competência da União para legislar englobou as diretrizes e bases da educação nacional. Já a competência dos Estados foi garantida pela competência residual, bem como pela previsão dos sistemas de ensino nacional e estadual. A vinculação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino foi novamente estabelecida. A nova Carta definiu a educação como direito de todos, dando ênfase à idéia de educação pública. Foram definidos princípios que deram uma direção ao ensino (primário obrigatório e gratuito, liberdade de cátedra e concurso para seu provimento nos estabelecimentos superiores oficiais assim como nos livres, merecendo destaque a inovação da previsão de criação de institutos de pesquisa). (Souza; Santana, 2010).

Como toda história de um país não pode estar distanciada de questões políticas, vale ressaltar que foi a partir de questionamentos políticos que a educação no Brasil vai percorrer por caminhos mais voltados para um bem comum.

O Partido Comunista do Brasil (PC), partido de esquerda, vai ter um grande papel nesse processo, apesar de ter sua base no Rio de Janeiro, suas ideias vão aos poucos chegar aos que detém o poder, bem como ao favorecimento da causa própria, e fazê-los perceber que a partir da educação também se pode obter o controle de muitos. Como, por exemplo, era mais rentável ter um eleitor alfabetizado que participasse a um que não usufruísse “elevação cultural”.

Consoante Ghiraldelli (2001, p.108) afirma que:

Em verdade, o trabalho de alfabetização ainda era encarado como mero instrumento para o crescimento do eleitorado. Assim, segundo o militante comunista Pedro Motta Lima, o lema era “cartilha em punho, aumentemos o eleitorado: em cada analfabeto de menos ganharemos um novo eleitor para a causa da unidade, da democracia e do progresso”.

É importante destacar que apesar dos por menores, dos interesses de partidos políticos em se manter em ascensão perante o povo e principalmente na esfera governamental e do pró-

prio governo instituído esse período de nossa história (1945 a 1964) destaca-se também que a Carta Magna de 1946 retoma as linhas a partir das quais será revigorada a base para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil, haja vista que em 1934 já se ensaiava primeiros passos em busca de normas mais contundentes para a esfera educacional.

Evidentemente que ainda não nos moldes atuais. E obviamente que o projeto não foi visto por todos como fator prioritário e muito menos foram postos em prática devidos os anseios dos grupos dominantes da época.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado de forma quantitativa. Em relação à pesquisa quantitativa, Campoy (2015) afirma que considera como um processo sistemático e ordenado que se segue alguns passos e por sua vez esclarece que a pesquisa em destaque é planejar o trabalho de acordo com um decisões estrutura lógica e estratégia para orientar a obtenção apropriada para os problemas de inquérito proposto respostas.

- Permite controlar variáveis externas.
- A pesquisa é replicável.
- Permite o estudo da relação entre uma variável independente e uma variável dependente.

### **Desenho de Investigação (Triangulação concomitante)**

O método utilizado foi o Método observacional - O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos interessantes. “Por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.” (GIL, 2010, p. 16).

## **DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA**

O presente trabalho de pesquisa teve como campo a Escola Estadual Gov. Amazonino Mendes, com as turmas de 1º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental dentro dos aspectos educacionais, sociais, econômicos, profissionais pode-se pontuar de acordo com as respostas aos questionamentos direcionados aos pais, aos professores, pedagogos e alunos bem como a observação que cada variável em análise pode enfatizar no decorrer da ação executada.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Perante o trabalho de pesquisa realizado na Escola Estadual Gov. Amazonino Mendes, com as turmas de 1º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental dentro dos aspectos educacionais, sociais, econômicos, profissionais pode-se pontuar de acordo com as respostas aos questionamentos direcionados aos pais, aos professores, pedagogos e alunos bem como a observação que cada variável em análise pode enfatizar no decorrer da ação executada.

## Análise dos dados

### Tabelas

Um dos instrumentos que auxiliam a mensuração dos dados obtidos em todo trabalho que precisa constatar uma informação é a tabela e este trabalho usará tal subsidio como forma de corroborar as informações nele contidos.

### Gráficos

Para análise dos dados foram feitas as tabulações a partir dos resultados às questões aplicadas nos questionários e transformadas em gráficos através do uso do programa Microsoft Office Excel@ 2007.

## Resultados Integrais da Pesquisa

A forma pela qual se procedeu ao recebimento dos dados foi através da entrega de questionários aos participantes que puderam responder aos questionamentos de maneira anônima.

Entrevista com uma amostra de alunos das turmas de 1º ano na qual cada criança respondia de acordo com seu entendimento ao que lhe foi solicitado.

- Questionário aos pais

Mediante ao questionário direcionado aos pais foram distribuídos a 56 pais, com o retorno de 48 questionários aos quais aqui se apresenta em forma de gráfico as devidas respostas.

### Pergunta Nº 1

Quantas pessoas moram em sua casa?

Tabela 1

Respostas	Quantidade
2 a 4 pessoas	20
5 a 7 pessoas	09
8 a mais pessoas	09

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria

Referente à estrutura familiar pode concluir que de acordo com o apresentado as famí-

lias na sua maioria são constituídas de duas a sete pessoas. Esse quantitativo de 42% mostra que o número de pessoas do quadro familiar ainda é elevado em relação à atual estrutura familiar em que o número de pessoas vem baixando consideravelmente de acordo com IBGE (2017).

Nas duas últimas décadas houve uma queda substancial do tamanho da família. O tamanho da família brasileira diminuiu em todas as regiões: de 4,3 pessoas por família em 1981, chegou a 3,3 pessoas em 2001. O número médio de filhos por família é de 1,6 filhos.

Com essa realidade local muitos pais destacam que devido o número de membros da família a dificuldade de fazer um acompanhamento mais individualizado junto aos pequenos e que isso também acarreta outras dificuldades no lar dessas crianças.

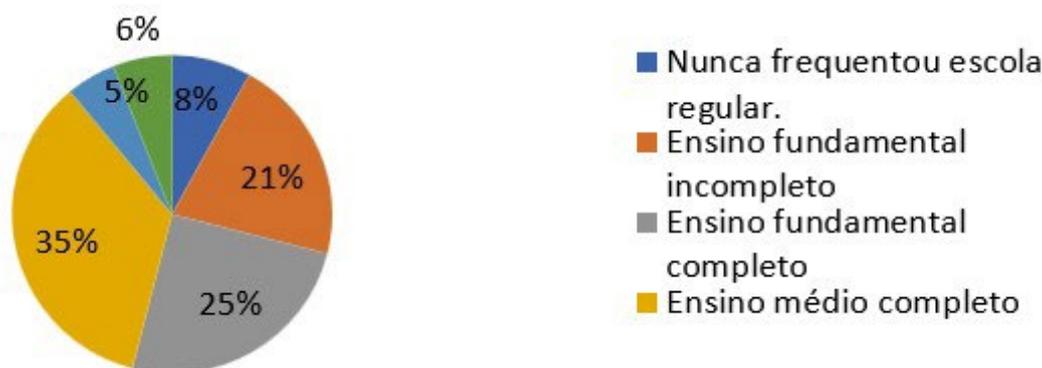
## Pergunta Nº 2

Sua escolaridade formal é?

**Tabela 2**

Respostas	Quantidade
Nunca frequentou escola regular.	04
Ensino fundamental incompleto	10
Ensino fundamental completo	12
Ensino médio completo	17
Ensino superior incompleto	02
Ensino superior completo	03

**Gráfico 2**



Fonte: Elaboração própria

A educação formal dos pais dos alunos envolvidos neste trabalho mostrou que a ocorrência de não conclusão dos cursos básicos da escolarização entre os responsáveis é um sinal de alerta, pois se percebe que 8% dos entrevistados nunca frequentou a escola. Observa-se também que a pesquisa mostra 21% dos pais não concluíram o ensino fundamental. O ensino fundamental completo equivale a 25% dos entrevistados. O nível médio completo evidencia 35% dos pais e o incompleto a 5%. Somente 6% dos pais afirmaram ter concluído o ensino superior.

## Questionário 2 – Professores

Aos professores foi realizado aplicação de questionários. Os docentes que responderam aos questionamentos foram em número de três profissionais. Os mesmos demonstraram interesse em contribuir com o trabalho em desenvolvimento. Com isso pode-se analisar suas respostas de acordo com o exposto nas perguntas e nos gráficos abaixo.

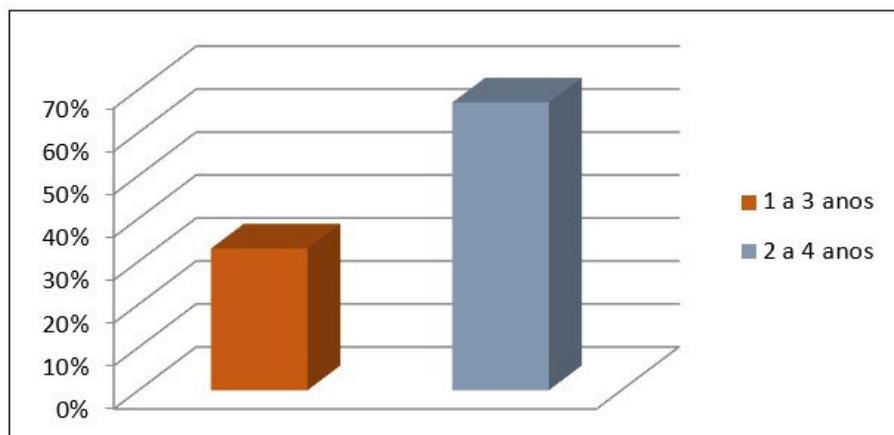
## Perguntas Nº 1

Quantos anos você atua como professor de turma de 1º ano?

Tabela 1

Respostas	Quantidade
Entre 1 a 3 anos	1
Entre 4 a 7 anos	2
Entre 8 a 10 anos.	0
Mais de 10 anos.	0

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria

Ao serem perguntadas sobre o tempo de docência em turmas de 1º ano as professoras afirmaram já terem trabalhado nessas turmas sendo 67% no período de um a três anos de atuação com alunos dessa fase escolar e 33% respondeu que já atua com alunos do 1º ano entre quatro a sete anos desenvolvendo atividades com alunos desse nível de ensino.

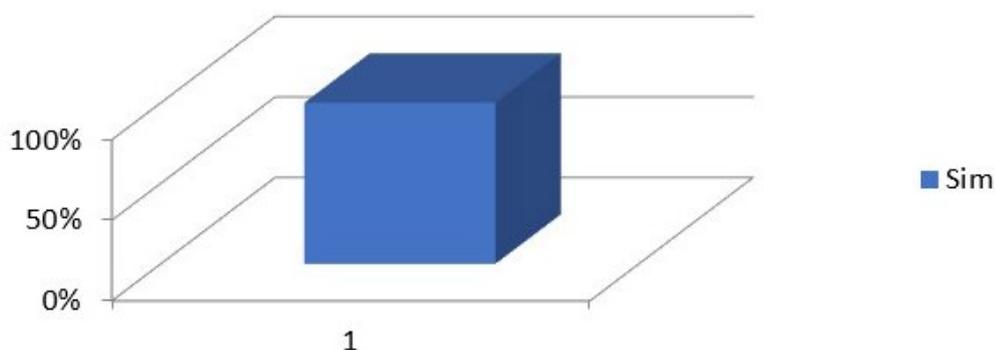
## Pergunta Nº 2

Você já atuou como professor em outras séries/ anos de ensino do nível fundamental básico?

Tabela 2

Respostas	Quantidade
Não	0
Sim	3

Gráfico 2



De acordo com as entrevistadas a área de atuação das mesmas, com 100% das respostas perpassa pelo trabalho docente nas turmas séries/anos do ensino fundamental que correspondem aos anos iniciais do I e II Ciclo em seus respectivos anos escolares que correspondem às turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da educação básica. Essas afirmações fomentam que muitas vezes os docentes não estão atrelados unicamente a uma turma de ensino, mas que os mesmos permeiam por turmas de diferentes níveis de ensino.

A formação inicial e continuada do professor é o primeiro passo para vencer os desafios da educação contemporânea e deve ser vista como uma necessidade de mudança do paradigma de ensino, de um modelo passivo, baseado na aquisição de conhecimentos, para um modelo baseado no desenvolvimento de competências e competências que atendam as necessidades dos alunos levando em conta as mudanças aceleradas da sociedade em que este está inserido, com a finalidade de o levar a aprender, a adquirir competências, a aprender a aprender. (Prado, *et al.* s/d. p. 10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos questionários aplicados, das entrevistas e das observações realizadas pode-se concluir que:

Enquanto a escolaridade dos pais dos alunos se percebe que a maioria estudou pelo menos o ensino fundamental completo sendo esse um fator relevante para que o acompanhamento junto as crianças tenham melhor resultado. Já aos pedagogos e professores se percebe que os mesmos além de possuírem o curso de graduação em suas áreas também já estão atuando na área da educação a mais de um ano, o que proporciona a experiência mediante ao processo educacional.

No quesito relação família e escola dentro do que tange as variáveis compatíveis sobre a participação da família no ambiente escolar e suas participação na vida escolar dos alunos que fazem parte do primeiro ano do I Ciclo percebe-se que as mães assumem a maior responsabilidade por fazer o acompanhamento dos alunos que fazem parte dessas turmas, sendo a figura dos avós aquela que assumem essa responsabilidade de maneira que os pais ( a figura masculina) tendem a ser a terceira pessoa que desenvolve o trabalho de acompanhamento dos alunos.

Em relação a esse acompanhamento os pais se dizem fazer o acompanhamento das atividades realizadas tanto no ambiente de sala de aula quanto as que são repassadas como atividades domiciliares, bem como se dizem participar das ações que são desenvolvidas no contexto escolar como reuniões bimestrais, apresentações e outras atividades desenvolvidas na escola. Os professores e os pedagogos afirmam que quanto às atividades realizadas no ambiente e a participação dos responsáveis as mesmas destacaram que a participação da família é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos, Mas que nem sempre os pais participam desses momentos. E o mesmo enfatizam os docentes sobre o acompanhamento pedagógico, pois a presença desses mediadores pode resultar em resultados melhores para o contexto escolar. Haja vista que, a ação docente precisa do apoio da prática pedagógica pois a teoria enriquece a prática e vice-versa.

Quanto a observação do espaço escolar como meio pedagógico de ajuda para o crescimento das habilidades dos discentes tanto os pais quanto os alunos pontuaram que a sala de aula oferece poucos recursos para ajudar na concretização da aprendizagem dos alunos, pois

não dispõe de recursos como cartazes, livros, ou jogos que são de suma importância para auxiliar nesse período de escolarização e alfabetização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.6. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

Campoy, T. (2015). Metodología de la Investigación Científica: Manual para la elaboración de tesis y trabajos de investigación. Ciudad del Este: Escuela de Posgrado, Universidad Nacional del Este.

Gadotti, M. (1990). A dialética: concepção e método” in: Concepção Dialética da Educação. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

Ghiraldelli, P. Jr. (2001). História da Educação. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez.

Martins, L. M.; Duarte, Newton (Orgs.) (2010). Formação de professores: Limites contemporâneos e alternativas necessárias. Apoio técnico Ana Carolina Galvão Marsiglia. – São Paulo: Cultura Acadêmica.

Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6.ed. - São Paulo: Atlas,2008.

Descarte, R. (2001). Discurso do Método. Martins Fontes. São Paulo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: <http://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1770-a-familia-brasileira.html> Acesso: 21/04/2017

Prado, A. F., et.al. Ser professor na contemporaneidade: desafios da profissão. In: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_\\_1373923960.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol__1373923960.pdf) Acesso em 16/05/2017

Saviani, D. (2007). O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição. In Educ. e Filos., Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 13-35, jul./dez.

Silva, A. da G. (2013). Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. IN Educ. rev. vol.29 nº 1 Belo Horizonte Mar.

Orso, P.J.; Fernandes, H. C. (2011). O trabalho docente no Brasil colonial e imperial. In: Anais do 5º Seminário de Estado e Políticas Sociais. Unioeste – Cascavel – SP.